

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



Plano Geral de Atuação

2022-2023



Sumário

Apresentação // 3

Metodologia // 5

Plano de Atuação // 7

Identidade Organizacional // 9

Estratégias // 10

Mapa Estratégico // 10

Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 11

Indicadores // 17

Sistemática de Acompanhamento // 19

Apresentação

A Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará elabora o Plano de Atuação como instrumento dúplice de gestão administrativa e de atendimento aos princípios constitucionais da administração pública, em especial aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e impessoalidade.

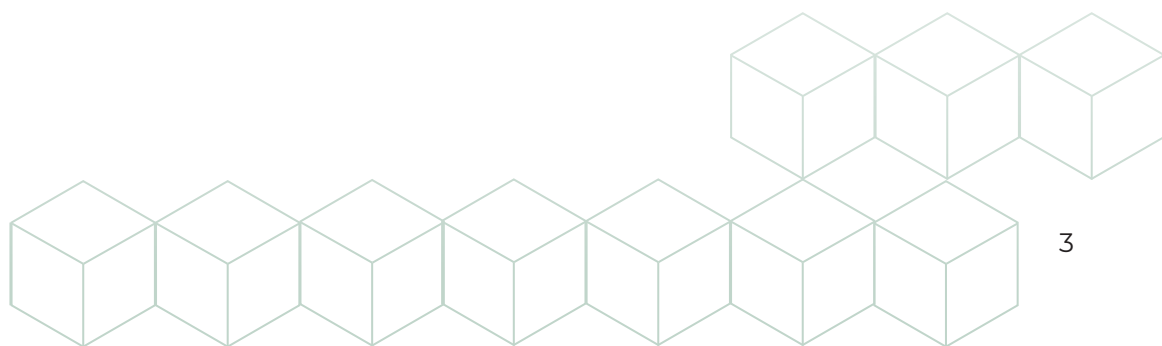
O Plano de Geral de Atuação 2022-2023 vem aliado com as disposições trazidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 80 de 10 de abril de 2014 e pela Emenda Constitucional Federal nº 80 de 4 de junho de 2014.

Enquanto a Emenda Constitucional Estadual nº 80/2014 assegurou a autonomia plena da Defensoria Pública do Estado (em particular dispendo sob a iniciativa de leis da instituição e de sua autonomia financeira), a Emenda Constitucional Federal nº 80/2014 trouxe a obrigação do Poder Estatal, no prazo de 8 (oito) anos, contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Os marcos legais retromencionados impõem, portanto, uma obrigação constitucional de expansão dos serviços de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Ceará (a qual reflete-se diretamente no planejamento ora apresentado), sendo este o principal desafio do biênio que se inicia.

O presente Plano de Geral de Atuação também se encontra aliado com o Plano de Gestão apresentado pela Defensoria Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha; este último, por sua vez, construído de forma transparente, democrática e participativa com os demais membros da carreira de defensor público, com a sociedade e com a ouvidoria externa na instituição.

O Plano de Atuação 2022-2023 mantém como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “*Indicadores Balanceados de Desempenho*” (“*Balanced Scorecard*” - BSC), revisando-se tão somente, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, a terminologia utilizada para as 4 (quatro) perspectivas organizacionais trazidas pelo BSC:





- a) a **perspectiva dos clientes**, estes últimos entendidos como o coletivo de usuários da Defensoria Pública, a sociedade e as relações institucionais destes com a instituição,
- b) a **perspectiva dos processos internos**, estes relacionados a ótica de estruturação plena da instituição,
- c) a **perspectiva do aprendizado e crescimento**, ou seja, o próprio desenvolvimento institucional da Defensoria Pública,
- d) a **perspectiva financeira**, densificada nas questões orçamentárias próprias.

As perspectivas listadas conduziram a elaboração de 12 (doze) estratégias associadas, que se desdobraram em 60 (sessenta) ações ou projetos; todas devidamente apresentadas do Mapa Estratégico e detalhadas na Matriz de Projetos, Metas e Indicadores com seus respectivos Plano de Ação.



Metodologia

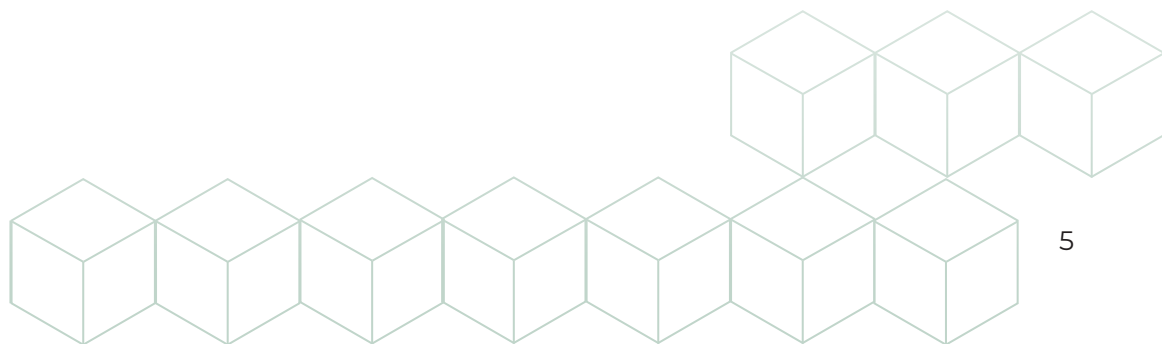
Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “*Indicadores Balanceados de Desempenho*” (“*Balanced Scorecard*” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os **objetivos estratégicos**, a **visão** e a **missão** da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

1. **Usuário e Sociedade** (perspectiva dos clientes): está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve **relações institucionais** com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;
2. **Estruturante** (perspectiva dos processos internos): relaciona-se com a **identificação de processos críticos** para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a **plena estruturação dos serviços prestados**, em especial a implementação(*aperfeiçoamento*) da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;
3. **Desenvolvimento Institucional** (perspectiva do aprendizado e crescimento): consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o **desenvolvimento institucional**



da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

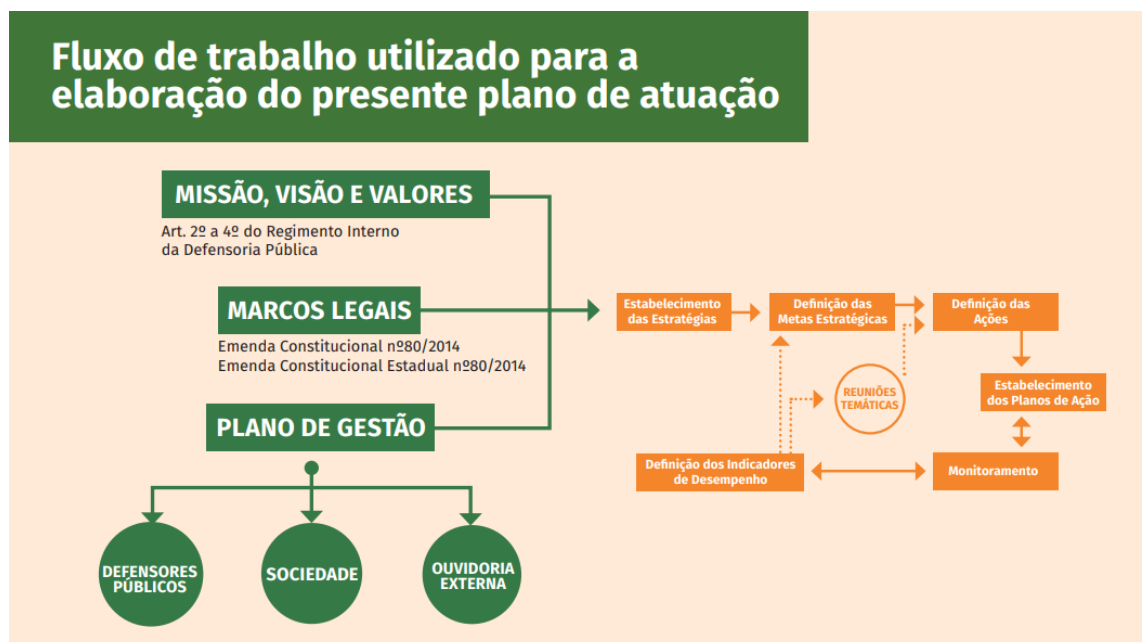
4. Orçamentária (perspectiva financeira): prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.

Apresenta-se o fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação.



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (esta definida e normatizada pelos artigos 2º a 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



As perspectivas assumirão então a seguinte estrutura:



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

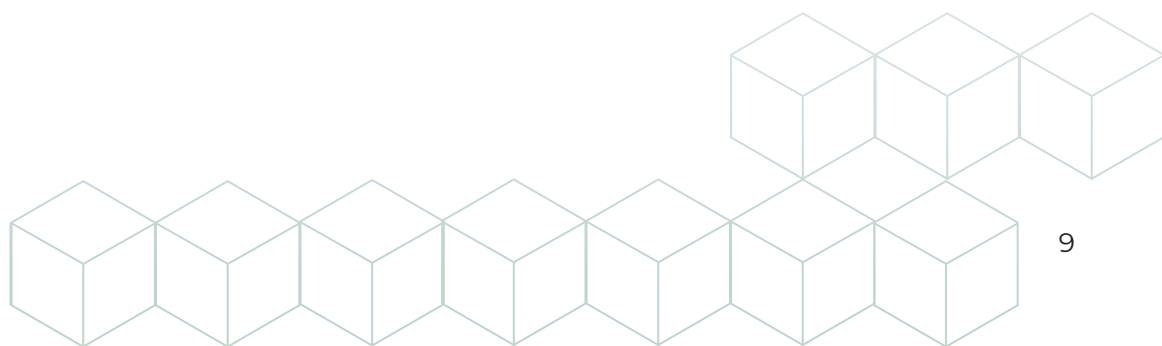
Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado.

Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º a 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- 1. Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- 2. Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- 3. Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
<p>Missão</p> <p>(art. 2º, RI DPGE)</p>	<p>Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.</p>
<p>Visão</p> <p>(art. 3º, RI DPGE)</p>	<p>Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.</p>
<p>Valores</p> <p>(art. 4º, RI DPGE)</p>	<p>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p>Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p>Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p>Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p>Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p>Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p>Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p>Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>



Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2022-2023 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamentos anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada.

Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2022-2023:



Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 61 (sessenta e um) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

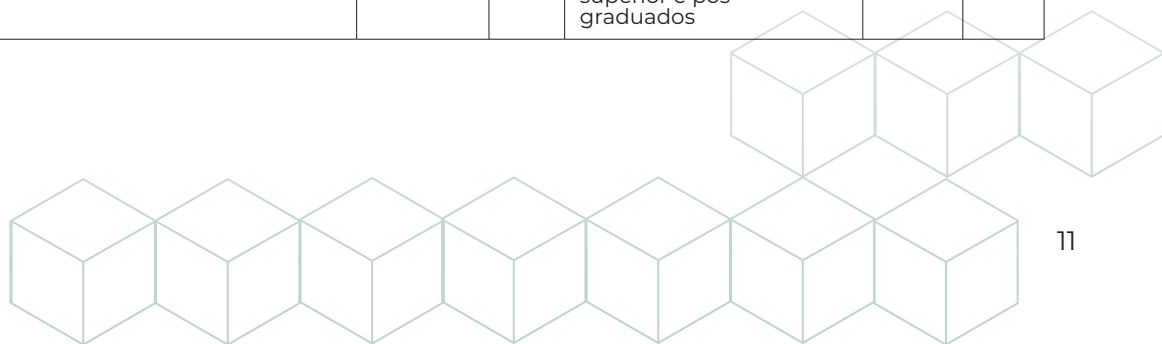
Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e, portanto, otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Enumera-se as ações ou projetos concebidas:

	Ação ou Projeto	Resp.	Índ	Meta	Prazo	Est
01	Concluir o processo da isonomia plena	DPGE	IEC	Concluir o processo da isonomia plena	Nov-23	OR2 DI1
02	Continuar ampliando o orçamento da DP	DPGE	ICO	Aumentar os recursos disponíveis na LOA 2023	Dez-22	OR2 OR3
03	Continuar aumentando a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implementar ações com o objetivo de aumentar a arrecadação	Nov-23	OR3
04	Ampliação do quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Realizar contratação de colaboradores, estagiários de nível superior e pós-graduados	Nov-23	DI1 US1



05	Manter o exercício da autonomia processual	ASJUR	IEC	Realizar o exercício da autonomia processual	Nov-23	ES1
06	Avançar no processo de desoneração do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	DPGE	IEC	Desonerar as despesas do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	Nov-23	OR3
07	Aumentar a quantidade de cargos defensoriais	DPGE	ICO	Enviar Projeto de Lei para Assembleia Legislativa para aumentar a quantidade de cargos defensoriais	Nov-23	DI1
08	Realizar concurso público e nomear mais defensores	DPGE	IEC	Concluir concurso público	Nov-23	ES2 DI1 US1
09	Ampliar os Núcleos Defensoriais no interior do Estado	CDI	IEC	Implantar Núcleos Defensoriais no interior do Estado	Nov-23	ES2 DI1
10	Fortalecer a mediação comunitária com ampliação da quantidade de mediadores(as)	ARINS	IPE	Ampliar a quantidade de mediadores	Set-22	US2 US1
11	Alterar a Lei do Plantão para a atuação defensorial nos feriados	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	Nov-23	DI1
12	Continuar fortalecendo a comunicação interna	ASCOM	IEC	Fortalecer a comunicação interna	Dez-22	DI3
13	Atuação de defensores para auxiliar na área criminal	CDC/CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	Nov-23	DI1
14	Atuação de defensores para auxiliar na área de família	CDC/CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área da família	Nov-23	DI1
15	Conclusão do projeto de virtualização dos processos administrativos	COTIN	IEC	Implantar Sistema de Virtualização de Processos Administrativos	Dez-22	US3 ES1
16	1. Disponibilizar o Auxílio Saúde para Defensores e Servidores	DPGE	ICO	Implantar o Auxílio Saúde	Jan-22	DI2
17	Disponibilizar a Atividade Cumulativa	DPGE	ICO	Implantar a Atividade Cumulativa	Fev-22	DI1 US2
18	Incluir a substituição automática na legislação da atividade cumulativa	DPGE	IEC	Envio de Projeto de Lei	Nov-23	DI1 OR2

19	Implementar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	DPGE	ICO	Implantar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	Jan-22	ORI
20	Implementar o estágio de pós-graduação (residentes jurídicos)	NUEST	ICO	Contratar estagiários de pós-graduação (residentes jurídicos)	Fev-22	DI1 ES2 US1
21	Aumentar o número de estagiários de graduação	NUEST	IEC	Contratar estagiários de Graduação	Nov-23	ORI US1
22	Realizar posses populares de Defensoras e Defensores junto às comunidades	ARINS	IEC	Manter a posse popular de Defensoras e Defensores, Membros do Conselho e Defensor Geral junto às comunidades	Nov-23	US2
23	Articular a criação de uma revista das Defensorias Públicas do Nordeste	ESDP	IEC	Formar grupo de trabalho entre as Defensorias Públicas da Região Nordeste	Nov-23	DI2
24	Interiorizar a ESDP	ESDP	IEC	Interiorizar a ESDP	Nov-23	DI2 ES2
25	Disponibilizar Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	ESDP	IEC	Implantar a Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	Dez-22	DI2
26	Desenvolver o projeto Defensores Populares	ESDP	IEC	Implantar o projeto Defensores Populares	Nov-23	US2
27	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	ESDP	IEC	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	Dez-22	ORI US3
28	Criar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará contendo diversos links para acessos à EAD, artigos, informações, cursos, dentre outros	ESDP	IEC	Implantar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará	Dez-22	DI2 DI3
29	Expandir o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	ESDP	IEC	Realizar o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	Nov-23	DI2
30	Ampliar o número de sedes da Defensoria e promover reformas e melhorias nas já existentes	ASPLAC	IEC	Realizar ampliação da quantidade de sedes e promover melhorias nas já existentes	Nov-23	ES2
31	Concluir a obra da Nova sede do João XXIII	ASPLAC	IEC	Finalizar a obra da Nova sede do João XXIII	Nov-23	ES2
32	Continuar atuação na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	SEXEC	IEC	Realizar atuações na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	Nov-23	ES1



33	Implementar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado do Ceará	CDI	IEC	Implantar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado	Nov-23	ES2 DI1
34	Aprimorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	CDC/CDI	IEC	Melhorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	Nov-23	DI3
35	2. Continuar, aperfeiçoar e ampliar as reuniões setorizadas para planejamento de ações	CDC/CDI	IEC	Realizar reuniões setorizadas para planejamento de ações	Nov-23	DI3 US3
36	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	CDC/CDI	IEC	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	Jul-22	US1 OR1
37	3. Criar Grupo de Descongestionamento para demandas gerais	CDC/CDI	IEC	Implantar Grupo de descongestionamento para demandas gerais	Dez-22	US1 OR1
38	Criar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	CDC/CDI	IEC	Implantar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	Dez-22	US1 OR1
39	Aprimorar o Projeto Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Fortalecer o Projeto Defensoria em Movimento, com vistas ao atendimento descentralizado de comunidades vulneráveis	Nov-23	US1 US2
40	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	Nov-23	OR1
41	Ampliar uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	COTIN	IEC	Implantar o uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	Nov-23	ES3
42	Aperfeiçoar a gestão e Governança de TI	COTIN	IEC	Implantar nova gestão e Governança de TI	Nov-23	ES3
43	Central Integrada de Atendimento da Defensoria	COTIN	IEC	Implantação do Sistema Mchat	Nov-23	ES3
44	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	COTIN	IEC	Contratar consultoria externa e adotar as melhorias sugeridas	Nov-23	ES3
45	Aperfeiçoar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	COTIN	IEC	Melhorar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	Nov-23	ES3 OR3

46	Aprimorar o aplicativo Nossa Defensoria	COTIN	IEC	Integração do SIC, do SIPA, do Sistema de Atividades Cumulativas, Sistema Gerador de Documentos, Sistema Gerador de Petições e do Sistema Calculadora de Penas	Nov-23	US1 ES3
47	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	COTIN	IEC	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	Nov-23	ES3 OR3
48	Aperfeiçoar o Sistema das IES	DPGE	IEC	Melhorar o Sistema das IES	Nov-23	US1 ES3
49	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	COTIN	IEC	Implantar novo sistema de Folha de Pagamento	Nov-23	ES3
50	Disponibilizar e-mail responsivo com agenda	COTIN	IEC	Implantar e-mail responsivo com agenda	Jul-22	ES3
51	Implantação de sistema para divulgação e comunicações oficiais da administração	SEXEC	IEC	Implantação do Diário Público da Defensoria Pública do Estado do Ceará	Fev-22	DI3
52	Reformular a Intranet da Defensoria Pública	COTIN	IEC	Implantar nova Intranet da Defensoria Pública	Nov-23	ES3
53	Disponibilizar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	Nov-23	OR1 ES3
54	Fortalecer o processo de democratização da justiça e continuar a participação no Fórum de Justiça	ARINS	IEC	Fortalecer a atuação da Defensoria no Fórum de Justiça	Nov-23	US2
55	Fortalecer a atuação institucional da Defensoria Pública com a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	SEXEC	IEC	Realizar a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	Nov-23	OR1
56	Aprimorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	NUEST	IEC	Melhorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	Nov-23	US1
57	Promover o crescimento institucional da Defensoria Pública nas Américas por meio de fortalecimento do intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	ARINS	IEC	Realizar intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	Nov-23	DI2 OR1
58	Trazer mais qualidade ao dia a dia da Defensoria e do Defensor Público por meio da ampliação dos convênios com as Prefeituras do interior do Estado	CDI	IEC	Ampliar a celebração de convênios com as Prefeituras do interior do Estado do Ceará	Nov-23	US1
59	Atualização da legislação da Corregedoria	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	Nov-23	US3



60	Realizar novas promoções	DPGE	IEC	Realizar promoções na carreira	Nov-23	US1 OR2
61	Envio Projeto de Lei referente a Ajuda de Custo por Assunção de Acervo Processual	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	Nov-23	US1 OR2

SIGLAS UTILIZADAS:

ADINS Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM Assessoria de Comunicação

ASPLAC Assessoria de Planejamento e Controle

CDC Coordenadoria das Defensoria da Capital

CDI Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE Defensor Público Geral do Estado

ESDP Escola Superior da Defensoria Pública

ICO Índice de Conclusão Objetiva

IEC Índice de Etapa Concluída

IPE Índice Percentual

NUEST Núcleo de Estágio



Indicadores

O processo de racionalização dos indicadores de Ações ou Projetos conduziram ao estabelecimento de tão somente 03 (três) tipos de indicadores:

- 1. Índice de Conclusão Objetiva (ICO):** utilizado para projetos cuja meta só pode ser concretizada de forma integral, admitindo, portanto, apenas os valores 0 (projeto não concluído) ou 1 (projeto concluído). Por exemplo, a ação nº 38 (organizar cadastro único de Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta) não admite execução fracionada, ou o cadastro foi organizado ou não;
- 2. Índice de Etapa Concluída (IEC):** utilizado para projetos cuja meta, por envolver ações multifocais, é melhor quantificada através das etapas estabelecidas no plano de ação do projeto, ou seja, o índice é a razão entre o número de etapas executadas e o número total de etapas previstas no plano de ação do projeto;
- 3. Índice Percentual (IPE):** utilizado para projetos cuja meta é formada por um elemento quantitativo já conhecido e que admite fracionamento na execução, assumindo valores dados pela razão do elemento quantitativo realizado pelo total de elementos quantitativos planejados (ou seja, um valor percentual). O Plano de Atuação 2020-2021 inovou ao criar indicadores para as Estratégias concebidas, utilizando-se para tanto da transversalidade que cada Ação ou Projeto possui.

Desta feita, e conforme se observa no Mapa de Projetos, Metas e Indicadores, ordenou-se as estratégias impactadas por Ação ou Projeto; dando pesos decrescente conforme a importância da Ação ou Projeto para a estratégia (variando de 3 a 1).

Por exemplo, a Ação ou Projeto nº 8 (“Realizar concurso público e nomear mais defensores”) tem como Estratégias associadas, em ordem decrescente de importância: **ES2** (“Ampliar a infraestrutura das unidades localizadas no interior”), **DII** (“Expandir a presença da DPGE nas unidades jurídicas”) e **US1** (“Atender com eficiência, eficácia e qualidade”). Ou seja, a execução do projeto citado impacta, essencialmente, a estratégia ES2, atingindo medianamente a estratégia DII e de forma menor a estratégia US1.



Assim as estratégias do exemplo acima recebem os seguintes pesos: a) **ES2**, peso 3, b) **D11**, peso 2 e c) **US2**, peso 1.

Assim o indicador de desempenho de cada estratégia é dado por:

$$Ind_{Est_j} = \frac{\sum_{Projeto_i}^{Total\ Projetos} Peso_{Est_{ji}} \times Ind_{Projeto_i}}{\sum_{Projeto_i}^{Total\ Projetos} Peso_{Est_{ji}}}$$

, onde:

$$Ind_{Est_j}$$

: Indicador de desempenho da Estratégia "j";

$$Peso_{Est_{ji}}$$

: Peso do projeto "i" na Estratégia "j";

$$Ind_{Projeto_i}$$

: Indicador de desempenho do projeto "i".

Por fim outra inovação do presente Plano de Atuação foi a criação de Indicadores de Desempenho para cada perspectiva, implementação esta que se deu através da seguinte fórmula:

$$Ind_{Perspectiva_k} = \frac{\sum_j^{Total\ Estratégias} Ind_{Est_{kj}}}{Total\ Estratégias_k}$$

, onde:

$$Ind_{Perspectiva_k}$$

: Indicador de performance da perspectiva "k";

$$Ind_{Est_{kj}}$$

: Indicador de performance da estratégia "kj";

$$Total\ Estratégias_k$$

: Total de estratégias da perspectiva "k".

Sistemática de acompanhamento

Nenhum Plano de Atuação é completo sem uma sistemática de acompanhamento, ou seja, um monitoramento contínuo e periódico da execução das Ações ou Projetos e do atingimento de metas e resultados.

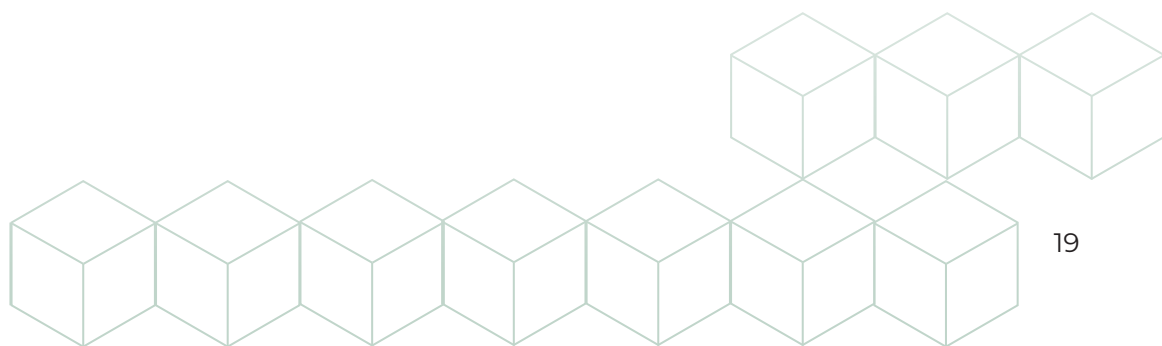
Este monitoramento contínuo, dentro da atual estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado do Ceará, é exercido pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS), órgão que também é responsável pela concepção do próprio Plano de Atuação em si.

A ADINS coordenará e conduzirá as seguintes ações de monitoramento:

- 1. Publicação de Balanços Quadrimestrais** no sítio eletrônico da Defensoria Pública: medida com a finalidade precípua de dar transparência às Ações ou Projetos conduzidos assim como comunicar aos usuários, sociedade e demais membros da Defensoria Pública o andamento do Plano de Atuação da instituição.
- 2. Reuniões Mensais de monitoramento:** reuniões com a presença dos responsáveis pelas Ações ou Projetos, onde estes devem relatar sucintamente a evolução do seu projeto;
- 3. Reuniões Quadrimestrais de tomadas de contas:** oportunidade em que as responsáveis pelas Ações e Projetos são confrontadas com os Planos de Ação destas bem como é verificado o cumprimento das metas, resultados esperados e indicadores de desempenho e tomadas as providências necessárias para o bom andamento da Ação ou Projeto;

As reuniões mensais iniciar-se-ão em março de 2022, enquanto a primeira tomada de contar se dará em abril de 2022 (oportunidade em que também será divulgado o primeiro balanço de planejamento).

Os Balanços Quadrimestrais do Plano de Atuação apresentarão os indicadores de desempenho de cada Ação ou Projeto, de cada Estratégia e de cada Perspectiva conforme as fórmulas já indicadas.





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ